

MEMÓRIA DE REUNIÃO		Nº de Páginas	19
LOCAL: VIDEOCONFERÊNCIA	ASSUNTO: 5ª REUNIÃO DO COMITÊ DO PPCDQ-AM	Data:	24/03/2021
		Hora Início:	09h00min.
		Hora Final:	12h00min.

PARTICIPANTES: Casa Civil, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas- IPAAM, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR, Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas - ADAF, Batalhão de Policiamento Ambiental da Polícia Militar - BPAMB/PMAM, Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas - CBMAM/AM, Subcomando de Ações de Defesa Civil, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, 4º Centro de Geoinformação do Exército Brasileiro - 4º CGEO, Ministério Público Federal e Ministério Público de Contas, Fundação Amazonas Sustentável – FAZ, Fundação Vitória Amazônica – FVA, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, Casa do Rio, Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – IDESAM, WWF Brasil e secretárias municipais de meio ambiente do Amazonas (ouvintes).

N.	NOME	INSTITUIÇÃO	CONTATO
1	Eduardo Costa Taveira	SEMA	gabinete@sema.am.gov.br
2	Herbert Ferreira Lopes	DEMA	dema@policiacivil.am.gov.br
3	Ronilson Vasconcelos Barbosa	ICMBio	ronilson.barbosa@icmbio.gov.br ;
4	João Batista Jornada da Silva	INCRA	gabinete@mns.incra.gov.br ; joão.jornada@mns.incra.gov.br ;
5	Juliano Marcos Valente de Souza	IPAAM	gabinete@IPAAM.am.gov.br ;
6	Ten Cel QEM Cart Osvaldo da Cruz Morett Netto	4º CGEO	4dl@dsg.eb.mil.br ;
7	Jório de Albuquerque Veiga Filho	SEDECTI	jveiga@sedecti.am.gov.br ; gabinete@sedecti.am.gov.br ;
8	Cel. QOBM Francisco Ferreira Máximo Filho	SUBCOMADEC	comadec@comadec.am.gov.br ;



9	Alexandre Henrique Freitas de Araújo	ADAF	alexandre.araujo@adaf.am.gov.br; gabinete@adaf.am.gov.br;
10	Cel QOPM Ayrton Ferreira do Norte	PMAM	cmtgeralpmam@pm.am.gov.br;
11	Carlos Roberto de Oliveira Júnior	AAM	aam@aam.org.br;
12	Raimundo Nonato Marques Chuvas	IPAAM	ecochuvas@hotmail.com
13	TC QOBM Clóvis Araújo Pinto	Defesa Civil – AM	cemoa@comadec.am.gov.br
14	Breno Penha Souza Serra	Casa Civil – AM	casacivil@casacivil.am.gov.br
15	Ana Carolina Heliuc Bragança	MPF-AM	
16	Victor Augusto Salviati	FAS	victor.salviati@fas-amazonas.org
17	José Luiz Campana	FVA	fabiano@fva.org.br
18	André Loubert Guimarães	IPAM	carolina.guyot@ipam.org.br
19	Thiago Cavalli Azambuja	Casa do Rio	casadorio@casadorio.org
20	Carlos Gabriel Gonçalves Koury	IDESAM	adm@idesam.org.br



1 A reunião, ocorrida no dia 24 de março de 2021, deu início a quinta reunião do Comitê de
2 Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Amazonas – PPCDQ – AM, tendo
3 função consultiva, deliberativa e propositiva, referente aos assuntos de implementação do
4 referido plano. O Secretário de Estado do Meio Ambiente **Eduardo Costa Taveira**, deu início
5 dando boas vindas às instituições e seus representantes e também apresentando a pauta da
6 referida reunião do comitê, tendo como objetivo final a construção da formalização de um
7 plano de ações integradas. O **Secretário Eduardo Taveira** seguiu então para a apresentação
8 em PowerPoint, onde inicialmente foi mostrado o ranking do **Panorama do Desmatamento**
9 **dos Estados que compõem a Amazônia Legal**, em Apuí e outros do municípios do Sul do
10 Estado que precisam de atenção das equipes, considerando o cenário da pandemia, há uma
11 limitação de mobilização de equipes em campo, não só as equipes de segurança mas também
12 as equipes de fiscalização do IPAAM, considerando que muitos dos fiscais, estão dentro da
13 margem de riscos, foi levantada esta questão. Foi mencionado a anúncio do Governo que a
14 vacinação seria bem estratégico, incluindo, se possível os fiscais que vão para campo nessas
15 ações de fiscalizações ambientais nesta agenda. **Sr. Jório** pede a palavra e fala que os fiscais
16 da SEMA e do IPAAM solicita que se faça uma relação dos nomes dos fiscais para enviar via
17 ofício para Fundação de Vigilância em Saúde, solicitando a vacinação para incorporar na força
18 de segurança com os nomes deste pessoal, ainda reforça que seja discriminado por: nome,
19 CPF e data de nascimento e função de todos os municípios que será colocado para a frente
20 com o Cristiano. **O sec. Taveira** agradece e passar agora para o cenário atual do
21 desmatamento e queimadas do Amazonas. Foi apresentado os dados referente ao período de
22 agosto de 2019 até julho de 2020, o aumento na Amazônia Legal como um todo. No Estado
23 do Amazonas, houve aumento de 6% em relação a 2019 que já tinha sido um ano de



24 desmatamento bastante forte. Dados de alerta do desmatamento servem para detectar
25 pontos que ajudam a consolidação das atividades de campo. O panorama é atualizado com
26 frequência e todo final de mês há uma contra checagem, sendo testado esses dados. O que
27 vale mesmo são os dados oficiais. E essa é a maneira como acompanhamos mensalmente as
28 referências do desmatamento. O Amazonas está em terceiro lugar do ranking dos Estados da
29 Amazônia legal, destaca-se o município Apuí, em segundo lugar Novo Aripuanã. No Amazonas
30 os municípios com maior alerta são: Apuí, Manicoré, Aripuanã, Humaitá, Maués. Temos uma
31 concentração de pico de desmatamento no Sul do Estado, nessa fronteira que entre Pará,
32 Mato Grosso e Rondônia. Uma vez que os recursos são limitados para atuação, as estratégias
33 vão se concentrar nessas áreas de maior pressão do Estado, em geral nesses quatro
34 municípios, Apuí, Novo Aripuanã, Humaitá e Manicoré, destes, Humaitá possui nossa base
35 logística. Esse é um panorama já deste ano, lembrando que os dados que tem agora em março
36 são preliminares, dentro de um período analisado e toda vez que fecha o mês ele é corrigido,
37 geralmente para mais, por exemplo fevereiro, tinham alertas menores que o ano passado e
38 na correção dos dados, quando fecha os dados no final do mês, obtivemos um aumento de
39 24% comparado a fevereiro do ano passado que já foi um ano de aumento do desmatamento.
40 Não se esperava esse aumento para mês de fevereiro. A boa notícia por enquanto é que em
41 março o número de alertas está bem menor que o ano passado. Mas esse cenário pode mudar
42 depois que fecha o mês de março de redução. Acredita-se que pelo descolamento que está
43 acontecendo em março, e que essa segunda onda teve um impacto maior nas áreas de
44 pressão do Estado ajudaram na redução das taxas de desmatamento. Semana passada, foi
45 feita uma reunião com o Prefeito e com a Câmara Vereadora de Apuí, resultando no
46 comprometimento por parte do executivo municipal do apoio para que esse ano possa ser



47 feito uma ação mais coordenada ainda. Dentro do panorama do desmatamento demonstra
48 onde ele está acontecendo, ou seja, não é uma ferramenta para se atribuir responsabilidade,
49 isso é para que se possa ter um panorama de onde e quais são as causas prováveis da
50 distribuição desse alerta de desmatamento. Então é observado que ainda há uma pressão
51 muito grande dentro dos assentamentos federais, das glebas federais e depois temos as
52 glebas estaduais também. Em especial, se observa que tanto as unidades de conservação
53 tanto estaduais quanto federais, tem pouco impacto para essa atividade de desmatamento
54 ilegal, o que não quer dizer que não ocorra. Em especial na calha de madeira, também entrou
55 para o plano, pois o IPAAM juntamente as forças armadas, irão fazer uma cooperação para
56 ação de combate em especial a Mangari. Esse é um ponto importante observado na reunião
57 antes anterior com o sindicato das indústrias de madeira, recebemos uma denúncia que a
58 maioria das serralherias está funcionando. Por isso é um ponto importante onde tem-se
59 notado maior pressão nesta área. Esse é o panorâma de queimadas, com uma análise desse
60 ano, de 1 de janeiro a 21 de março esse é o número de focos, considerando o atual período
61 (chuvoso) observa-se que houve uma redução muito grande dos focos de queimadas
62 comparado ao ano passado. Ano passado, houve um pico de queimadas em janeiro na área
63 do Médio e Alto rio Negro, que foi totalmente fora dos padrões, esse ano se manteve o padrão
64 dos anos anteriores, então o Amazonas está com o número de foco de queimada bem
65 reduzido até agora. Considerando o monitoramento feito nessas áreas, pode-se sugerir que
66 em geral os focos são advindos de atividades da agricultura tradicional, e se concentram mais
67 na área do Rio Negro. Vale destacar que a equipe da SEMA tem se mobilizado rotineiramente
68 mesmo durante a pandemia, com reuniões com os secretários municipais do meio ambiente
69 desses municípios, em especial os municípios que estão nesse período do povo, muitos



70 secretários com as mudanças das prefeituras, também mudaram e estamos fazendo todo um
71 trabalho de orientação e de recomposição dessa rede de alerta em especial para queimada.
72 Tem-se recebido um bom retorno das prefeituras, inclusive o município de Santa Isabel do Rio
73 Negro tem sido bastante atuante em relação as informações e a organização da própria
74 secretária para destacar o trabalho que o próprio secretário municipal tem feito na
75 coordenação. São Gabriel da Cachoeira é o município com maior dos números de alertas (50%
76 dos focos), a maioria deles em áreas indígenas ou próximas às áreas indígenas, e pelas
77 informações desse monitoramento dão conta que são as atividades da agricultura tradicional,
78 entrando nesse período que em geral demora mais para encher. Uma coisa que é importante
79 também destacar, queimadas e desmatamento não necessariamente ocorrem juntos, então
80 por isso que se vê que o desmatamento acontece em geral nesse período de inverno
81 amazônico, crescendo quando mais próximo de julho. O número do Cadastro Ambiental Rural
82 vs queimadas, percebe-se que as áreas de desmatamento recente estão consolidadas, estão
83 empatadas, áreas de florestas são as menores na região, e as áreas sem CAR, onde tem a
84 maior ocorrência de queimadas. **Sec. Taveira** pergunta se há alguma questão a respeito dos
85 dados ou alguma explicação adicional aos participantes da reunião. **Vitor Sauviati** diz bom dia
86 a todos, e faz quatro perguntas: A análise foi feita com relação ao desmatamento total ou
87 somente desmatamento ilegal? Outra dúvida, o sensor utilizado para análise das queimadas
88 foi o Aqua tarde ou se foi algum outro? Pois foi visto que alguns dados diferentes do que
89 avaliamos com o BDQueimadas, mas pode ser por conta do sensor e fiquei surpreso ao ver
90 Iranduba fora da lista, dos municípios que tiveram maior desmatamento aqui do Amazonas,
91 enfim, por conta da expansão imobiliária eles tem se assegurado dentre os maiores, então
92 isso aconteceu? **O Secretário Eduardo** responde que utilizam vários satélites diferentes e os



93 dados são filtrados a partir da leitura de todos eles, por exemplo, focos de calor que aparecem
94 de dia, quando são validados pelo satélite que passa a noite, temos a correção da leitura se
95 aquilo foi o reflexo do sol numa área de lago, ou algo do tipo, então as informações seguem
96 com esses filtros de correção. A outra questão é que é focado realmente onde está mais
97 intenso, realizando o planejamento em função das áreas onde tem maior impacto, focando
98 nessas áreas. **A secretaria adjunta Crys** reforçando a fala do Secretário Eduardo, salienta-se
99 que esse planejamento de imediato está priorizando a atuação das forças de controle
100 ambiental, o órgão ambiental IPAAM, principal agente atuante em relação a agenda e também
101 as forças militares, falando da polícia militar por meio do comando ambiental, a defesa civil,
102 o corpo de bombeiros, a polícia civil também, estão trabalhando num grupo muito forte e
103 coeso no sentido de que se consiga mesmo atuar de uma maneira excessiva, em relação a
104 identificação desses pontos, a SEMA orientando o planejamento e com os órgãos e o apoio da
105 CEAGE, coordenado pelo Coronel Edge, para se conseguir atuar na identificação e na
106 priorização onde mostram as ocorrências mais significativas, é importante salientar que de
107 acordo com os dados de monitoramento, a maior quantidade tem ocorrido no Sul do Estado,
108 e por isso a atuação vai se dar em Apuí e em Humaitá, até como forma de se atuar de uma
109 maneira preventiva, e também com o apoio das forças federais, que está a princípio focada
110 ao município de Lábrea, para que possa reduzir os números que foram significativos em 2020,
111 então isso não quer dizer que não terá atuação em outros lugares. Na apresentação, não é
112 observado números significativamente preocupantes, mas não significa que não estão sendo
113 monitorados. Destaca-se que o monitoramento das principais áreas de ocorrência, que tem
114 sido os principais alvos de atuação. **A Dra. Ana Carolina** faz uma pontuação dos municípios
115 com maior ocorrência em 2020 e 2021 e solicita a identificação das glebas e assentamento



116 com maiores áreas desmatadas. **A Secretária Adj. Cris** essas são as nossas ações integradas
117 do ponto de vista dos nossos órgãos de segurança pública e também ambiental, e além das
118 instituições federais dentro daquilo que é possível se articular conjuntamente. No que diz
119 respeito ao combate direto aos desmatamento e incêndios, quando ocorrerem esses
120 episódios, as atuações vêm estabelecendo barreiras terrestres, urbanas, para se fazer
121 abordagens locais, com relação às saídas e entradas diretas dos municípios, bem como
122 procedimentos criminais que são decorrentes em razão aos episódios identificados, como
123 estão os mandatos de prisão, inquéritos policiais, e reproduzir com algo concreto que faça a
124 punição daqueles infratores. De forma aliada também se tem o sistema de inteligência com o
125 apoio das instituições federais, de uma forma paralela também formação de brigadistas junto
126 com a defesa civil e outras ações decorrentes da defesa civil. Esse é um panorama geral, que
127 destaca que além das ações que já vem sendo feitas, será dado sequência a outras questões
128 relacionadas à civil com o deputado. **O Secretário Eduardo** fala que esse para o circuito
129 operacional foi feito mapeamento das operações, por conta do aumento da covid em especial
130 em Apuí e Humaitá. Existe um protocolo de atuação pronto, para essas áreas e também para
131 que se possa ser realizado um melhor planejamento da utilização do recurso tanto de projeto,
132 tanto recursos estaduais, para que se possa atingir o melhor objetivo possível. Regularização
133 fundiária e ambiental, ampliar a regularização do trabalho, desenvolver cadeias positivas com
134 o próprio setor de manejo, possa promover (não audível). No que diz respeito a propostas
135 ambiental, não foi realizado ano passado por conta da pandemia, mas estava programado
136 uma ação com o apoio da SEMED para essas áreas, e esse ano tudo indica que vai ser possível
137 colocar em prática uma parte do plano de prevenção. Foi apresentado o calendário de
138 atuação, previamente os trabalhos iniciarão em abril no município de Apuí e no Sul do Estado,



139 nos meses de agosto e setembro. **Senhora Fernanda** faz algumas observações, aborda a
140 preocupação em algumas áreas de desmatamento pelo observatório da BR 319 onde foi
141 observando um comportamento crescente de desmatamento nesta região, que já era uma
142 realidade com uma concentração de desmatamento, no entanto, os desmatamento recentes
143 estão invadindo áreas protegidas, especialmente dentro da Floresta de Tapauá, neste sentido
144 a Senhora Fernando questiona se existe ações previstas ou se tem alguma ação voltada para
145 as unidades de conservação. É uma preocupação maior ainda durante esse período de
146 pandemia, por exemplo, em um mês 50 hectares abertos dentro da floresta de TAPAUÁ, é
147 uma preocupação bem grande nesse período de pandemia por conta até de atividades ilegais
148 levarem a doença para dentro das unidades de conservação, nessas áreas também está
149 ocorrendo o desmatamento concentrado em áreas não destinadas, saindo dos assentamentos
150 rurais e ficando em áreas não destinadas que ela não sabe com exatidão se estão ocorrendo
151 em glebas estaduais ou federais. O **secretario Taveira** afirma que as ações de educação
152 ambiental, estão previstas para o fim dos trabalhos com os professores das escolas que estão
153 próximo a essas áreas e também com material. Em realidade no eixo da BR tem um
154 monitoramento específico para o processo daquelas áreas, e o nosso foco de atuação e está
155 dentro daquela área que foi mostrada no map. Essa ação, considerando as limitações
156 existentes, e este processo que o GOVERNO DO AMAZONAS enfrentou na segunda onda da
157 pandemia, como o deslocamento de muitos recursos do Estado para a contenção da
158 pandemia, da saúde. Somente neste momento pode-se planejar essas ações, como o caso da
159 DEFESA CIVIL, que estão lidando com a enchente que está ocorrendo agora. O Governo tá
160 fazendo auxílios para atender essas populações que foram altamente impactada com a
161 enchente, o trabalho está ocorrendo com mais uma gestão de crise. Está sendo incluído na



162 pasta, Covid 19, enchente e as atividades ilegais. Se tem conhecimento de todas essas
163 questões, mas como fez o GOVERNO FEDERAL, a priorização da área que está sofrendo a maior
164 pressão, para que se tenha numericamente um resultado mais adequado do que visto no ano
165 passado. O **Secretario de Meio Ambiente do Município de Humaitá** faz alguns
166 questionamentos. Em específico tem a questão da divisa com Canutama, Tapauá e Humaitá,
167 que é a fronteira territorial com os outros municípios. Dentre essas questões que foram
168 levantadas, o que é considerado desmatamento ilegal, ou o que é considerado desmatamento
169 legal? Se o IPAAM está concedendo direito de uso de 20% das áreas ocupadas de formas
170 irregulares ou por glebas estaduais ou federais, sabe-se que há muitos pedidos do direito de
171 uso do percentual adquirido por um proprietário de imóvel para derrubar 20%, 30%, 40% ou
172 50%, pois entrou um pedido lá na secretária do meio ambiente, de supressão de mil hectares
173 de um proprietário que tem uma área na região e ele averbou 40 mil hectares junto ao IPAAM,
174 segundo informações, quer fazer uso de 20% da área, ou seja 8mil hectares, como o IPAAM e
175 os órgãos estaduais e federais veem isso? Por conta do volume que vai ser aberto nessa área,
176 e quais serão as ações. O Sr. Eduardo, do IPAAM diz que para licenciar o direito de quem está
177 na gleba, seja ela estadual, federal ou direitos já adquiridos. O Incra entregou mais de 200
178 títulos. Existe um planejamento do IPAAM para que se faça um manejo sustentável ou alguma
179 forma de darmos oportunidades as pessoas. Tem gente procurando a secretária para tirar o
180 CPF do CAR, para se tornar um cidadão ilegal que possa desmatar e sobreviver da floresta. A
181 educação ambiental é muito importante, mas oferecer oportunidades para os moradores das
182 regiões também é importante. O **Secretario Taveira** fala que o processo de desmatamento
183 pode não necessariamente ser ilegal, se ele apresenta a solicitação lá do IPAAM para fazer
184 tudo dentro dos rigores seja ela fundiária, ou ambiental, se tiver tudo certo, quem vai fazer a



185 defesa é o próprio IPAAM. A questão apresentada é o anúncio desse desmatamento quando
186 é feito em áreas ou em forma de derrubadas, áreas de unidades de conservação ou áreas
187 destinadas para essa finalidade, esse é o monitoramento realizado. Para o dado, é apontado
188 o desmatamento geral, e depois vai fazer a avaliação do que é o desmatamento, se foi legal
189 ou ilegal. Do total de desmatamento que temos no estado, 1% é legal, e essa é a diferença
190 entre esses dois cenários. Existe a preocupação também essa questão do CAR, dos
191 proprietários deixar o CAR para viver na ilegalidade, ou seja, o IPAAM faz essas atividades de
192 monitoramento e fiscalização, mas quando entra nas questões relacionadas (não audível)
193 especificamente, cabe a Secretaria de Segurança, também tem a própria questão de crimes
194 que podem ser federais, por isso entra o apoio da Polícia Federal em algumas áreas. Se for
195 possível poderíamos ouvir o IPAAM, já que estamos com recursos aprovados para que
196 possamos fazer o apoio à reestruturação das secretarias municipais nessas áreas do interior
197 com equipamento, computador, gps, capacitação, treinamento. Teremos a primeira reunião
198 do Fórum dos secretários municipais de meio ambiente e agora que vai ser trabalhado todas
199 essas questões relacionadas a Política Nacional de Meio Ambiente, Política Estadual, só que
200 isso também é oportunidade, e não só educação ambiental nas escolas. Será justamente para
201 que seja definido de quem são as responsabilidades, como funciona o sistema, quais são as
202 características das áreas protegidas do Amazonas e tudo isso será trabalhado com o
203 fortalecimento das secretarias municipais de meio ambiente. A questão do zoneamento
204 ecológico e econômico da região, isso não ajudaria no controle do desmatamento por uma
205 definição de áreas e enfim, o que se pode e não pode. **Eduardo Taveira** responde que o
206 secretário Jório, está correndo atrás sobre essa questão do zoneamento ecológico e
207 econômico, e responde que ajuda, mas não é a solução sozinho. O Pará ajudou muito mas



208 aumentou o desmatamento, tudo é um conjunto de políticas que façam com que esse
209 zoneamento funcione na prática, mas sim é um importante instrumento de ordenamento
210 desse crescimento. O próprio zoneamento está vencido, teria que ser atualizado, e temos essa
211 perspectiva de zoneamento no rio Purus, Madeira, Baixo Amazonas e Região Metropolitana.
212 O **Secretario Jório** fala que existem dois pontos que são muito importantes com respeito
213 ao ZEE, primeiro é fazer que com que ele seja um documento que ajude a levar o
214 desenvolvimento a todas as regiões e não apenas um documento para ficar na prateleira e
215 cumprir uma disposição legal, o que se tem visto em muitos lugares, faz e nunca mais toca,
216 fica ali, se alguém perguntar, foi feito, então não adianta, não é isso que vai ajudar. O segundo
217 ponto é realmente a disponibilidade de fundos para que isso seja levado a cabo, tem-se
218 trabalhado junto ao consórcio da Amazônia Legal pra conseguir esses fundos necessários, não
219 só para o Amazonas, mas para outros Estados também outras iniciativas , já que isso é
220 fundamental para que se possa dar prosseguimento, ter conversas inclusive com outros países
221 e com o governo federal, e ter também algumas conversas com os deputados federais, a
222 bancada federal para conseguir emendas, já que conseguimos incluir o zoneamento ecológico
223 econômico dentro do padrão que é o PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
224 apresentado pela SUDAM, e é um dos cinco principais projetos para o Amazonas, então com
225 isso posto, é muito mais fácil conseguir os recursos, já que está tudo aprovado tanto a nível
226 estadual, regional e até nacional. Porque esse padrão foi aprovado no próprio PPA Plano
227 Plurianual do Governo Federal, então o difícil é realmente encontrar o recurso e fazer com
228 que eles cheguem ao Estado para que entre nesse trabalho e comece a funcionar, realmente
229 não é fácil, mas isto está sendo providenciado. O **Secretário Eduardo** agradece ao sr. Jório que
230 levantou pontos importantes e resumiu bem melhor a concepção sobre o zoneamento, se for



231 pra fazer um trabalho pra ficar na prateleira só será gasto dinheiro e não vai resolver essas
232 questões, poderia se avançar em algumas questões que são muito importantes pré
233 zoneamento e isso pode se fazer e depois é conversado com os secretários a respeito dessas
234 ações. **O Sr. Jório** lembra da importância que é a questão da regularização fundiária, e como
235 o Programa Amazonas Mais Verde, impacta nesse sentido, pois permite que tenhamos maior
236 controle, permite a verificação do que está sendo feito, sendo legal ou ilegal, e permite esse
237 pessoal que tenha acesso ao crédito que precisa para desenvolver de maneira correta e dentro
238 desse processo também está sendo trabalhado com os arranjos agroflorestais que prevê até
239 a recuperação de várias áreas e lugares que já foram desflorestados, então é importante
240 também não esquecer sobre a questão fundiária que talvez tenha até precedência sobre o
241 ZEE. Esse entra naqueles requisitos que são prévios ao próprio zoneamento que dariam baixa
242 produtividade para essa questão. A Dra. Ana Carolina faz duas perguntas e dois comentários.
243 Primeiro em relação a medidas estruturantes deste ano para o enfrentamento ao
244 desmatamento relacionadas a atividades de validação do CAR, como é uma medida relevante
245 nos aspectos estruturais, pergunta como está o planejamento e a segunda pergunta (que não
246 conseguiu ouvir muito bem), de onde veio o recurso de brigadistas. E depois dois comentários,
247 em resposta ao sr. John de Humaitá, que lembra que a autorização para supressão de
248 vegetação necessariamente deve ser pedida pelo órgão estadual, ou seja, secretarias
249 municipais não podem segundo o Código Florestal, emitir autorização de supressão, e então
250 cabe aqueles interessados fazer seus respectivos requerimentos direcionados ao IPAAM,
251 quem é que tenha a atribuição a isso. E essa deve ser a orientação repassada às pessoas em
252 campo que tenham interesse eventualmente em fazer a conversão do uso do solo, de áreas
253 que ocupem o licitamente. O IPAAM ainda que não tenha unidade no seu município, hoje está



254 informatizando, então acredita-se que a viabilidade de acesso está cada vez maior. Sobre essa
255 questão da regularização fundiária e zoneamento ecológico, pelo sentido, se o zoneamento
256 econômico e ecológico é um instrumento que vai observar os talentos e possíveis usos de um
257 território, como seria o caso de avançar primeiro com a regularização fundiária e depois com
258 o zoneamento se correndo risco por exemplo de se promover regularizações fundiárias em
259 áreas que depois se constate ter um talento para a preservação, criação de unidades de
260 conservação, territórios tradicionais e afins, o ideal seria que esses trabalhos fossem feitos em
261 conjunto ou sobre procedência do ZEE. Fazer algo e depois ter que desfazer esse algo, ou que
262 o contrário está sendo assumida a premissa de que, primeiro você faz a regularização fundiária
263 então você já está definindo o talento, ou uma determinada parte do território para a
264 produção agropecuária, e depois o que sobrar é o que vai ficar para o resto. **Eduardo Taveira**
265 diz que tinha anotado e não tinha respondido ao Sr. Jório, inclusive não é a SEMA que faz essa
266 autorização e deve sim ser encaminhada ao IPAAM. Quanto ao zoneamento ecológico
267 econômico, a Dra. Ana Carolina tem razão, é uma excelente questão já trazida. Por exemplo,
268 onde temos orientação, conseguimos trabalhar dessa maneira, nessa organização dessa
269 implementação. O problema todo é que não há ainda recursos destinados para o processo de
270 construção de zoneamento, óbvio que gostaríamos de fazer até antecipadamente um plano
271 de zoneamento ecológico econômico, mas isso entra na categoria que conversei com o Sr.
272 Jório, ou seja, na ausência do zoneamento podemos discutir nas formas de planejamento,
273 tanto do CAR quando da regularização fundiária, essas construções das áreas que é de
274 interesse de talentos como dito pelo. Não que resolver a questão fundiária de uma hora para
275 outra, vá resolver toda a situação da produção da contestação. Não é essa a esperança, mas
276 ter a legalidade suficiente, que está dentro da categoria. Foi esclarecido ao Seu Jório que o



277 objetivo não é fazer a regularização fundiária de todo o Estado, mas sim de áreas muito
278 específicas e já conhecidas porque tem o objetivo claro e sabe-se qual o impacto que pode
279 causar. Não adianta fazer a regularização fundiária numa área como São Gabriel da Cachoeira
280 que tem pouca pressão e a produtividade que pode vir de lá é pequena. Enquanto temos no
281 Sul do Amazonas, áreas que estão sob muita pressão, já se conhece a vocação e tudo mais.
282 Agir estrategicamente para garantir a redução de desmatamento ilegal, queimada ilegal, de
283 uso da terra ilegal. E ao mesmo tempo dar oportunidade a esses pequenos produtores de
284 terem alguma coisa para sobreviver. Então basicamente eu sem ser um expert no assunto vejo
285 como necessário, dar um determinado ordenamento. **O Sec. Taveira** falou dos recursos que
286 foram apresentados ao KFW para a formação de brigadista, a contratação via KFW. Por meio
287 de recursos que eram da Fundação, foi solicitado autorização para o uso. Dentro dos
288 planejamentos do IPAAM e dos demais órgãos do Estado, há uma possibilidade de uma
289 possível descentralização dos licenciamentos dos municípios, para que possam ter dentro do
290 percentual nível 1,2,3, num crescente, para futuros licenciamentos como manejo florestal até
291 4 módulos, em específico em Humaitá temos uma região muito grande de campos naturais,
292 aí uma parte é documentada e outra onde as pessoas estão com o processo de documentação
293 e legalização dessas áreas. Tem-se em específico em Humaitá, contemplando o Sul da
294 Amazonas, sul de Canutama, Tapauá, uma parte de Manicoré, estão na produção de grãos
295 que é o grande celeiro. Então qual a possibilidade de uma possível tratativa com os municípios
296 para que haja uma descentralização desse licenciamento, para que haja autonomia? Resposta
297 é possível. O secretário fala que particularmente é favorável à descentralização por causa do
298 tamanho do Estado. Somente Manaus tem a capacidade de fazer o licenciamento, mas agora
299 complementando, não são todas as atividades que são passíveis de licenciamento pela



300 prefeitura. Alguma característica como foi dito, mesmo com a estrutura do município voltada
301 para o licenciamento, a prerrogativa ainda vai ser voltada para o Estado fazer o licenciamento
302 dessas atividades. E outra, para que o município possa ter essa autonomia do licenciamento,
303 ele tem que comprovar uma normativa que coloca os requisitos para que os municípios
304 possam pleitear essa solicitação e ação de licenciamento, inclusive com o aumento da
305 infraestrutura, para a SEMA, para poder ter corpo técnico específico, com capacidade de
306 monitoramento específica, para que isso aconteça. Se a prefeitura se comprometer com esse
307 espaço, pode-se incluir isso na conversa, com os demais secretários, para deixar claro inclusive
308 quais são os processos que são passíveis de licenciamento, mas não é todo o licenciamento,
309 em especial aquele de maior impacto, que são passíveis de licenciamento. Só para deixar claro,
310 Eduardo e a Dra. Ana Carolina, quando foi citada a questão de supressão, o proprietário do
311 imóvel, encaminhou uma equipe ao município, o engenheiro que está cuidando em específico.
312 Foi mostrado à ele as normativas federais, que não necessitava a licença municipal de
313 conformidade ambiental, explicamos para ele, mas segundo ele, disse que um engenheiro que
314 está em Manaus procurou o IPAAM e ia receber a documentação sem essa licença,
315 comunicamos o jurídico da Prefeitura e ele falou: Não, se ele disse que o município tem que
316 dar essa licença, ninguém autorizou ele a fazer a supressão, que fique claro. Que nós só
317 colocamos na certidão que não éramos contrários por não ser tratativa nossa, não íamos
318 impor barreiras por não ser de nossa competência. Foi feito um parecer jurídico, com um
319 respaldo jurídico, encaminhado ao proprietário e ele o seguimento para o IPAAM. Mas
320 segundo o engenheiro que está em Manaus, foi uma exigência do IPAAM local, o município
321 concedeu essa desculpa. Não se tem ideia da quantidade de informações que consultores e
322 pessoas que são contratadas para resolver a burocracia, que não veem ao órgão, não



323 procuram ao órgão, não dão documentos ao órgão e depois procuram o procurador falando
324 que a culpa é do IPAAM. É bom sempre fazer uma contra informação, pois o IPAAM tem uma
325 costa larga enorme, e quando você vai ver os projetos estão errados, os documentos estão
326 errados. Existem muitos processos faltando a documentação correta. **Dra. Ana Carolina** diz
327 que a resolução 237 do CONAMA que trata de licenciamento, prevê que no processo de
328 licenciamento, o interessado deve apresentar a certidão de uso e ocupação do solo que é
329 emitida pelo município, essa certidão não corresponde a uma licença ambiental, mas ela
330 apenas atesta que aquele empreendimento de acordo com a Legislação Municipal a respeito
331 do uso e ocupação do solo. Notadamente por exemplo, o plano diretor que é mais para áreas
332 urbanas, mas no final das contas é uma declaração no município no sentido de que ele não
333 tem nenhum plano divergente para aquela área por exemplo até aquela área desse seu
334 entendimento não é prevista para ser uma unidade de conservação municipal, numa área
335 rural. Então é como se fosse um ok do município no sentido de que esse tipo de entende na
336 visão da Legislação Municipal pode estar nesse lugar, não é uma licença uma declaração na
337 certidão, mas ela é prevista na legislação do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente)
338 são necessários de fato para o licenciamento ambiental da atividade que vai ser feito o
339 licenciamento vai ser feito junto ao órgão estadual ou dependendo do caso junto ao órgão
340 federal, mas, normalmente estadual. Então pode ser isso que o empreendedor está sem as
341 requeridas do município. O Sec. Taveira retoma a palavra e diz que se não tiver mais nenhuma
342 informação pessoal, a natureza desse nosso comitê é justamente apresentar a todos os
343 parceiros alinhados as mesmas páginas sobre as ações para desmatamento e queimadas.
344 Daqui sai alguns encaminhamentos, como esse de trabalhar essa questão do fortalecimento
345 e entendimento das legislações ambientais, e também será encaminhado para você a



346 informativa do SEMA, sobre o que precisa fazer sobre os licenciamentos, diz as atividades
347 passivas, é uma agenda de muito interesse do ponto de vista de estratégia da descentralização
348 da Política Estadual do Meio Ambiente. O outro encaminhamento é essa questão a respeito
349 dos brigadistas, assim que tivermos um retorno por meio do KFW, apresentaremos o plano
350 que foi construído em conjunto, e as próximas reuniões vão dar conta das questões de cópias
351 de operações de campo, o Secretário pede apoio pois é um processo de transparência de
352 controle social, do plano PPCQAM, a Secretaria está totalmente aberta com as questões
353 governamentais, para trabalhar de maneira alinhada, recebendo informações dessas áreas
354 levantadas em parceria com o próprio Estado do Amazonas, e também aos parceiros de
355 trabalho, PAAM, Defesa Civil e Corpo de Bombeiro.





AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Av. Mario Ypiranga Monteiro, 3280 - Parque 10
Fone: (92) 3659-1820 / 3659-1822
Manaus-AM - CEP 69050-030

Secretaria do
Meio Ambiente

